

# “JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO” NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016): CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PASSADO QUE NÃO PASSA.

Guilherme Gouvêa Soares Torres - Graduado em História - UFES

**RESUMO:** A presente comunicação visa discutir as medidas de transição na Nova República, com enfoque especial no governo Dilma Rousseff (2011-2016). Primeira mulher eleita presidenta do Brasil, Dilma esteve ativa na luta armada durante a ditadura militar e em seu governo, especialmente no primeiro mandato, tomou importantes medidas para rever a história da ditadura militar, com destaque para a criação da Comissão Nacional da Verdade. Importa assinalar que, na transição brasileira, não houve medidas judiciais, tampouco reforma institucional, o que me leva a questionar se, de fato, houve justiça de transição no Brasil. Buscarei analisar os componentes desse processo e as suas consequências, no contexto de crise do segundo mandato desta, que levou à destituição da presidenta em 2016.

*Palavras-chave: História do Tempo Presente; Ditadura militar; Justiça de Transição; Nova República; Dilma Rousseff.*

**ABSTRACT:** This work means to discuss the question of *transitional justice* during the New Republic, with focus in the government of Dilma Rousseff (2011-2016). First woman elected as president of Brazil, Dilma was active in the struggle against the military dictatorship and in her two presidential terms, mainly in the first, has taken important steps to review the history of military dictatorship, especially the creation of Comissão Nacional da Verdade. Is very important to say that, in the brazilian case, is important to question if really has a transitional justice and how this process influenced the political scenery today, mainly the crisis and impeachment of Dilma.

*Keywords: History of Present Time; Military dictatorship; Transitional Justice; New Republic; Dilma Rousseff.*

## INTRODUÇÃO

No dia 1º de janeiro de 2011, assumia a presidência da República Federativa do Brasil Dilma Vana Rousseff. Nascida em 14 de dezembro de 1947, Dilma foi militante na luta armada durante a ditadura civil-militar brasileira, tendo sido presa em 1970.

A eleição da primeira mulher a assumir a presidência do Brasil ficaria, portanto, marcada por esse dado biográfico, e, durante seu mandato foi possível ver uma série de medidas políticas com o intuito de oferecer uma resposta a esse passado. Todavia, seu governo foi interrompido em 2016, tendo assumido a presidência Michel Temer.

O passado autoritário esteve em evidência desde o período de campanha de Dilma; para marcar como exemplo, a revista Época, em sua edição 639 de 14 de agosto de 2010 (portanto dois meses antes do pleito que levou Dilma à presidência)<sup>1</sup> traz a imagem da então candidata do PT quando feita prisioneira pelo regime militar, com os seguintes título e subtítulo: “O Passado de Dilma - Documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar: seu papel na luta armada contra o regime militar”.

Os anos de gestão Dilma à frente da presidência da República foram marcados pelo período de estabilidade e otimismo até 2013, quando os dados de crescimento econômico indicaram menor ritmo da economia; nas ruas, as manifestações iniciadas em junho por conta dos protestos pelo passe livre em São Paulo abriram um momento político no qual os movimentos de esquerda que tradicionalmente possuíam a supremacia nas ruas por grupos de direita que, mais adiante, conduziram as passeatas pelo impeachment de Dilma.

No bojo das passeatas pelo impedimento, diversas bandeiras emergiram ao sabor da conjuntura, tendo, por vezes, adquirido aspectos mais radicais. A bandeira da intervenção militar surgiu em diversos momentos, tendo adquirido proporções consideráveis; cabe aqui também ressaltar o destaque que tem ganhado o deputado Jair Messias Bolsonaro, cujas posturas elogiosas ao regime militar causaram polêmica e, apesar do conteúdo de suas falas, tem despontado nas pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2018.

O contexto político brasileiro apresenta uma dinâmica muito peculiar; pode-se dizer que de 2011 para cá inaugura-se um momento novo, no qual o passado autoritário vem à tona por conta da atuação do governo Dilma; conseqüentemente, a reação às medidas da presidenta e o próprio papel exercido pelo mandato no contexto mais amplo da crise sócio-política atravessada pelo país, tendo seu ápice em 2015 e 2016.

## **1 - O regime militar e a transição**

A presidência da República foi entregue novamente ao civil em 1985, após a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, após 21 anos de regime militar. Esse processo foi caracterizado por um profundo controle dos militares, inclusive no que tange à imputação de responsabilidade.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EIT972-16091,00.html> Acesso em 11 ago 2017

Sobre o regime militar, há diversas considerações possíveis de serem feitas. Para melhor compreensão, divido o período em três fases:

1. Tomada e afirmação no poder: corresponde ao período aberto em 01 de abril de 1964, dia em que o presidente João Goulart é deposto, até o dia 13 de dezembro de 1968, no qual o Ato Institucional nº5 é outorgado pelo presidente Costa e Silva. Nesses quatro anos, o regime criou as condições institucionais característicos da sua vigência no poder, como os atos institucionais e a outorga de uma nova constituição em 1967. O marco limite desse período é justamente o AI-5, que inaugurou um momento de recrudescimento do regime;
2. Os anos de chumbo: corresponde aos anos de maior endurecimento do regime militar, no qual as esquerdas revolucionárias são desbaratadas pelo aparelho repressivo. O período aberto com o decreto do AI-5 se estende até a posse do terceiro general-presidente, Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974.
3. A abertura: compreende os onze anos entre a posse de Ernesto Geisel (1974) e a de José Sarney (1985). Nesse período, os generais promovem uma abertura *lenta, gradual e segura*; durante o governo do general Geisel, são tomadas medidas como a demissão do general Ednardo D'Ávila, comandante do II Exército (SP), por conta das mortes de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho nos porões do DOI-CODI na capital paulista (1976), o fim da censura e do AI-5, ambos em 1978. Já durante os anos de governo Figueiredo, é assinada a lei de anistia (1979), são realizadas as primeiras eleições diretas para governadores estaduais (1982) e, por fim, a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral em 1985.

O regime militar brasileiro não foi fruto do acaso. Os militares chegaram ao poder em 1964 após o turbulento governo de João Goulart (1961-1964), cuja posse já havia sido cercada de intensa oposição.

Jango cristaliza a seu redor o anticomunismo e o antivarguismo: o anticomunismo e o antivarguismo<sup>2</sup>. O reformismo de João Goulart foi entendido por certos setores da

---

<sup>2</sup> Conforme aponta Lucília de Almeida Neves Delgado (2005), as oposições ao segundo mandato de Vargas e ao governo Jango são basicamente as mesmas: a crítica ao projeto trabalhista e estatista está presente nos dois contextos. Duas diferenças básicas estão no verniz anticomunista que a oposição a João Goulart assume e a crítica ao autoritarismo de Getúlio, sem que, contudo, seus opositores fossem democrático. É justamente a exacerbação do primeiro componente que contribuirá

população como um alinhamento ao bloco socialista. Naquele contexto de intensa polarização, não havia espaço para leituras intermediárias ou *terceiras vias*.

A situação do presidente se agudiza por conta da dificuldade em emplacar as prometidas reformas, o que leva a uma maior aproximação com os movimentos sociais, escolhendo de fato um lado em um momento no qual a polarização aumentava mais e mais (FICO, 2004, pp.16-17)<sup>3</sup>. Sua tomada de lado implicou na aproximação com setores cujas reivindicações eram extremamente mal-vistas e, portanto, levaram o governo a um ápice de tensão. Os discursos na Central do Brasil e do Clube dos Sargentos foram considerados a gota d'água para a deflagração, ainda que desajeitada do golpe de 1964 (AARÃO REIS, 2000, pp. 32-33).

Em seus anos iniciais, que aqui considero o período entre o 1º de abril de 1964 e o 13 de dezembro de 1968, conforme sugerido na divisão cronológica acima, o regime assume as suas características institucionais. Os AI's são editados nesse contexto, de modo a oficializar a repressão. Também nesse período, o destino do regime é selado. De acordo com Daniel Aarão Reis (2000, p. 34), diversos projetos políticos para o país estavam postos em 1964; havia aqueles que pretendiam uma “operação limpeza”, rápida e localizada, de modo a tirar Jango e seus aliados do poder e retornar aos quartéis. Havia também os que visavam um expurgo mais profundo, de modo a inviabilizar os processos eleitorais previstos para 1965/1966. Por fim, havia quem ambicionasse uma transformação no sentido de liberalizar a orientação econômica do país, com maior abertura ao capital estrangeiro.

O choque entre esses três projetos se fez evidente, o que acabou por culminar no endurecimento do regime a partir de 1967 e 1968. Nesse momento, o regime mostrou-se incapaz de solucionar os problemas econômicos do país e, ao mesmo tempo, de entregar de volta o poder aos civis, conforme ambicionavam os apoiadores da ação militar.

---

para que o segundo (o autoritarismo das oposições) viesse à tona e desembocasse no golpe civil-militar.

<sup>3</sup> Em 1962, as eleições legislativas consolidaram a maioria conservadora na Câmara Federal e no Senado (PSD e UDN), além dos governos estaduais; Ildo Meneghetti eleito governador do Rio Grande do Sul e Ademar de Barros governador de São Paulo. Importante assinalar que o PTB e outros partidos de apoio a Goulart também receberam votações expressivas, mas a maioria permaneceu nas mãos de setores conservadores e opositores a Jango.

A erosão do apoio ao regime nos anos de 1967 e 1968 contribuiu para o crescimento das oposições, o que, por sua vez, forneceu o argumento para leis mais rígidas de combate à *subversão*.

O período de 1968 a 1974 representa um conjunto de ambivalências para a história política brasileira. Essa fase do regime foi inaugurada pelo decreto do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, pelo presidente Arthur da Costa e Silva, que havia assumido um ano antes sob promessas de “humanização” do regime. Grandes eram as expectativas para com o novo general-presidente, frente às críticas feitas ao seu antecessor.

De acordo com a leitura de Marcos Napolitano (2017, p. 352), é possível perceber no comportamento da imprensa uma relação própria da sociedade para com o regime, em consonância com a abordagem de Daniel Aarão Reis (2000, p. 46). Entre Castelo Branco e Costa e Silva, percebe-se uma grande expectativa de que o segundo atinja os ideais propagandeados em 1964, que o primeiro não havia sido capaz de atender integralmente. Dessa forma, o processo histórico inaugurado com a “Revolução” permanecia em aberto e sob a justificativa de fazer frente à “República Sindicalista” de João Goulart.

Os anos aqui abordados são de modernização, crescimento econômico e auge da repressão aos opositores do regime. Nesse contexto, o país apresentava um grande crescimento da atividade industrial e do PIB (chegando a 11,4% em 1973), chegando até mesmo a se falar em “Milagre econômico”. O desenvolvimento trazia euforia ao país, visto como um “canteiro de obras”. Tal sentimento foi amplamente explorado pela propaganda oficial do regime. Em 1970, após o tricampeonato mundial na Copa do México, o sentimento ufanista propiciado pela vitória é canalizado para fomentar o apoio e a adesão à ditadura militar.

Este também é o momento de ápice da repressão às esquerdas armadas. O recrudescimento da luta revolucionária contra o regime foi acompanhada por uma reação desproporcional por parte dos militares, de modo a sufocar os grupos mobilizados. Marca tal movimento por parte do regime a posse do general Emílio Garrastazu Médici na presidência da República; é em seu governo que o trinômio *milagre-propaganda-repressão* é mais marcantemente mobilizado, de forma que, apesar do emprego forte da violência política, o período seja lembrado como um tempo áureo na história do Brasil.

A partir da posse do general Ernesto Geisel (1974), é iniciada a abertura do regime. O processo indica uma postura do governo de adiantar-se à degradação do sistema (BARAHONA DE BRITO, 2013, p. 236). Dois fatores indicavam tal esfacelamento: a vitória do MDB nas eleições de 1974 demonstraram o crescimento das oposições moderadas; por sua vez, o fim do “Milagre Econômico” após a crise do petróleo em 1973 abalou o apoio dos grandes grupos econômicos ao regime, que passaram a lançar críticas do caráter estatista da política econômica do presidente Geisel.

Durante o seu mandato, o general Ernesto Geisel conduziu uma política transitória de extremo controle do processo. O governo ora dava sinais de abertura, como, por exemplo, a demissão dos generais Ednardo D’Ávila e Sylvio Frota em 1976<sup>4</sup>, ora dava sinais rígidos, como a Lei Falcão (1976)<sup>5</sup> e o Pacote de Abril (1977)<sup>6</sup>.

A condução da abertura por Geisel buscou controlar setores mais radicais das Forças Armadas e garantir a imunidade dos envolvidos na repressão aos subversivos, colocando-se à frente dos fatos e numa posição bastante confortável naquela conjuntura. As cartas foram dadas pelos militares diante de uma oposição moderada, cujo poder combativo havia sido destruído nos anos anteriores. Imobilizados os setores mais exaltados, coube aos mais moderados uma negociação não só pela anistia, mas pela transição do poder aos civis.

A Lei de Anistia foi promulgada pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo em 1979 e é o ponto alto de um processo marcado pela *conciliação*; apesar da conjuntura desfavorável ao regime, no qual os maus resultados econômicos e as demandas por maiores direitos políticos e fim da repressão davam a tônica do contexto e indicavam o flagrante desgaste do governo militar. Todavia, ao conceder

---

<sup>4</sup> Ednardo D’Ávila era comandante do II Exército, com sede em São Paulo, e foi demitido após as mortes de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho no DOI-CODI, num sinal de contrariedade do governo para com a prática da tortura; Sylvio Frota era Ministro do Exército e um dos mais notórios membros da “linha-dura” durante a ditadura militar. Sua demissão indicava um comprometimento do regime para com a transição política (AARÃO REIS, 2000, pp. 67-68)

<sup>5</sup> Proibição da propaganda eleitoral gratuita na TV (AARÃO REIS, 2000, p. 68).

<sup>6</sup> Dentre outras coisas, o Pacote de Abril (1977) impôs a cassação de senadores do MDB, a criação do cargo de senadores biônicos (nomeados pelo presidente para que o partido governista sempre tivesse maioria no Congresso Nacional) e a ampliação do mandato presidencial para 06 anos (AARÃO REIS, 2000, p. 68)

a anistia, os detentores do poder demonstravam o seu controle da situação e a capacidade de mantê-lo<sup>7</sup>.

A anistia teve um significado importante, não só para o contexto em que foi assinada, mas para a forma como a sociedade encara o passado autoritário. Para Daniel Aarão Reis (2013, p. 216), a anistia foi um pacto social a respeito da ditadura, firmado com base em três silêncios: sobre a tortura e os torturadores, sobre o apoio da sociedade à ditadura e sobre as propostas das esquerdas e sua derrota entre 1967 e 1973 (p. 218). Acrescenta Carlos Fico (2012) que a transição para a democracia teve um componente de frustração, cristalizado ao redor do caráter limitado da Lei de Anistia (1979) e da derrota das campanhas das Diretas Já (1984). O uso da violência pelos militares ocupa um papel central nas memórias acerca do período, o que contribui para escamotear o apoio social, a derrota e os erros de avaliação das esquerdas e até mesmo a prática da tortura, que é lida em um esquema maniqueísta (a sociedade vítima *versus* os militares opressores) e sem compreender o seu papel dentro do sistema. <sup>8</sup> Tal esquema contribui para a formação de uma memória idealizada sobre o regime, tanto dos guerrilheiros, quanto da própria sociedade durante aqueles anos.

## **2 - A Nova República brasileira e o passado autoritário**

A história do século XX está profundamente marcada por acontecimentos traumáticos que incidiram na forma como o historiador lida com o seu objeto. O status recuperado pela história política a partir dos anos 1980, a composição do campo da *história da memória* e, de modo mais específico, da *história do tempo presente* indicam a dinâmica da história e da historiografia, sempre sensíveis a questões presentes.

---

<sup>7</sup> A respeito do período final do regime, acredito ser importante colocar em evidência duas leituras divergentes acerca da periodização: de Daniel Aarão Reis (2000; 2013) e Alexandra Barahona de Brito (2013). Para Aarão Reis, o regime militar durou até 01 de janeiro de 1979, data no qual os atos institucionais deixaram de vigorar, seguido pelo fim do bipartidarismo e pela eleição indireta para presidente da República. Os anos seguintes até 1989 foram de remoção do “entulho autoritário” nas instituições, tendo, todavia, o período deixado marcas profundas até hoje. Por sua vez, o alto grau de controle do processo de transição pelos militares, a eleição indireta para presidente e a manutenção das prerrogativas dos comandantes das Forças Armadas contribuem para a abordagem de Barahona de Brito, para quem o regime militar se encerrou em 1989, quando houve a primeira eleição presidencial direta desde 1961, que levou Fernando Collor de Melo ao Palácio do Planalto.

<sup>8</sup> O uso da violência em períodos traumáticos por vezes parece algo descolado da realidade, como um ponto fora da curva nas práticas políticas daquele regime.

Para a história do Brasil, é fundamental prestar atenção a esses movimentos, especialmente no contexto em que vivemos. Pouco mais de três décadas após o fim da ditadura militar<sup>9</sup>, o país atravessa um momento de grave crise política e de ruptura institucional após o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Dilma foi condenada por crime de responsabilidade após dois anos de intensa crise política deflagrados pelas investigações da Operação Lava Jato e intensificada pelo pleito acirrado de 2014. Reeleita com pouco mais de 3 milhões de votos de diferença em relação ao segundo colocado, Aécio Neves (PSDB), Dilma enfrentou as pressões das oposições ao seu mandato.

Uso o termo *oposições*, no plural, fazendo referência à pluralidade de grupos que fizeram oposição ao governo Dilma; neste contexto, trato especificamente das oposições de direita, aglutinadas, a grosso modo, ora ao redor de setores liberais, podendo citar como exemplo o PSDB, o DEM e o Movimento Brasil Livre (MBL), ora de setores mais conservadores, cuja referência maior é o deputado Jair Messias Bolsonaro (PSC), carregando bandeiras, inclusive, de defesa da ditadura militar. Todavia, é fundamental lembrar que tal definição tem um papel maior de orientação acerca do assunto do que necessariamente discutir o caráter dos grupos políticos envolvidos no atual cenário brasileiro. As ações desses atores não contribuem para uma definição ideológica muito precisa, o que de certa forma denota o contexto do Brasil: o esvaziamento dos discursos dos partidos políticos.

O fato é que já em dezembro de 2014, a menos de um mês do início do segundo mandato de Dilma, o PSDB entrou com uma representação pedindo a diplomação de Aécio Neves para a presidência da República, anulando os mais de 54 milhões de votos recebidos por Dilma<sup>10</sup>. Este primeiro ato foi um prenúncio das dificuldades da presidenta reeleita.

O ano de 2015 foi ainda mais atribulado para Dilma. A presidenta enfrentou a greve dos caminhoneiros no começo do ano<sup>11</sup> e, mais tarde, as manifestações contra o

---

<sup>9</sup> Tomando como referência a periodização tradicional do regime: 1964-1985.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html> (acesso em 09 ago 2017)

<sup>11</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/entenda-os-principais-pontos-da-greve-dos-caminhoneiros.html> (acesso em 09 ago 2017)



seu governo<sup>12</sup>, que se intensificaram após o protocolamento do pedido de impeachment de Dilma por Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr.

Sucintamente, pode-se dizer que a crise do governo Dilma tem dois vetores bem definidos: as investigações da Operação Lava Jato que vieram a ameaçar alguns setores mais próximos das camadas mais altas do poder e os maus resultados da economia. A inabilidade do governo em lidar com essas questões contribuiu para aumentar os danos da crise, que culminou na derrubada de Dilma pelo impeachment em 2016<sup>13</sup>.

Diante desta situação, cumpre levantar algumas questões: de que forma a transição brasileira da ditadura militar para a democracia contribui para o cenário político atual? Quais aspectos da cultura política brasileira presentes entre 1964 e 1985 ainda permeiam o cenário político brasileiro e influenciam o processo, as decisões e a participação política?

É válido ressaltar que o processo de entrega do poder aos civis foi profundamente conciliatório e negociado. Ressalto aqui novamente que o controle das decisões pelos militares só foi possível graças ao desmonte das guerrilhas armadas e da centralização das ações de oposição ao regime por grupos politicamente mais moderados. A partir de 1974, o MDB passa a exercer um papel predominantemente no processo, impulsionado pela retumbante vitória eleitoral naquele ano.

Além da Lei de Anistia, a Reforma Partidária teve um papel central ao fragilizar as oposições. Após o fim do bipartidarismo, outros partidos emergem na cena política, fragmentando os setores que se colocavam contrariamente ao regime. Para citar como exemplo dentro das esquerdas, o PT, fundado em 1980, disputou o papel de representante da classe trabalhadora com o trabalhismo de Leonel Brizola, que, por sua vez, fundou o PDT em 1980 após a entrega da sigla do PTB a outros grupos políticos (FREITAS, 2011, p. 59; NAPOLITANO, 2017, p. 362).

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-externo.html> (acesso em 11 ago 2017)

<sup>13</sup> A respeito da mudança da orientação econômica do governo Dilma Rousseff, recomendo a leitura do artigo de André Singer (2015): *Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista do primeiro mandato de Dilma Rousseff* (Novos Estudos CEBRAP); para uma análise dos eventos que levaram à derrubada de Dilma, o texto de Fernando Limongi (2017), *Impedindo Dilma* (Novos Estudos CEBRAP).

A grande força emergente naquele momento era o PMDB, fundido ao PP<sup>14</sup>. Este partido seguiu a maré da conjuntura política, tendo formado uma chapa para a eleição indireta de 1984 que alçou Tancredo Neves à presidência da República, tendo por vice José Sarney, ex-membro da ARENA e do PDS, partido que surgiu da agremiação governista do regime militar e mais tarde veio a se tornar o PFL.

De 1985 e 1995, poucas medidas foram tomadas pelos governos a respeito do passado autoritário brasileiro. Cabe destacar a transferência dos registros policiais aos governos estaduais pelo governo Collor (1989-1992), o que não uniformizou a questão do acesso aos documentos do período militar (BARAHONA DE BRITO, 2013, p. 239). Durante os anos Sarney, foram mantidos o Conselho de Segurança Nacional e o Serviço Nacional de Informação (*Ibid.* pp. 237-238).

As primeiras medidas de transição do Governo Federal foram tomadas durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). FHC criou, em 1995, a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos por Razões Políticas (CFMDRP). Tais trabalhos culminaram no reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro na morte de 136 pessoas por razões políticas e na promulgação da Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995 (BARAHONA DE BRITO, 2013, p. 241). A lei “Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências”, tendo sido alterada pela 10.536 de 14 de agosto de 2002, que estendeu o período contemplado pela lei até 5 de outubro de 1988. Importa destacar o artigo 2º da Lei: “ A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia.” A inserção deste trecho no corpo da lei denota a tônica das medidas de transição e tal *princípio* esteve por detrás das outras medidas tomadas pelos governos da Nova República.

Em 2002, é eleito presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Sua chegada ao Planalto representou a chegada ao poder de um partido político surgido no contexto das lutas pelo fim da ditadura. Para Aarão Reis (2013, p. 224), a eleição de Lula representou um voto de insatisfação para com a “política do passado”, almejando uma transformação nas instituições e na forma de se fazer política.

---

<sup>14</sup> Então Partido Popular e não a sigla atual “Partido Progressista”. Este é oriundo do PPB, “Partido Progressista Brasileiro”.

O PT foi fundado em 1980, no contexto das lutas pela redemocratização e das greves que balançaram o país no período final da ditadura militar. A trajetória do partido, que emerge como força dos movimentos sociais, atravessa um contexto nacional e global de refluxo do socialismo, queda da URSS e hegemonia do neoliberalismo. Não havia como a agremiação passar por esse período incólume.

Durante os anos 1980, até meados dos anos 1990, o Partido dos Trabalhadores assumiu uma postura anti-sistêmica: incorporou um discurso fortemente anti-institucional e tomou a frente das lutas populares, mantendo-se distante das questões parlamentares (FREITAS, 2011, pp. 61-66). Todavia, as disputas eleitorais indicaram a necessidade do partido de tomar uma posição a respeito da luta pelo poder; a partir de 1988, em cujas eleições o PT elegeu vários prefeitos, essa questão fica ainda mais em evidência, afinal a conciliação entre os fatores ideológicos e a *práxis* política tornara-se um imperativo. ,

Após as duas derrotas eleitorais em 1989 e 1994, os métodos do Partido são questionados. Os chamados *Angustiados* assumem essa frente que colocam em questão a importância da luta pelo poder (FREITAS, 2011, p. 66). Diante dessas questões, em 1995, é eleito presidente do PT José Dirceu (p. 68), ex-presos político durante a ditadura militar, que irá iniciar a chamada fase pragmática. Tal postura na condução do partido irá se refletir na busca por inserção nas instituições, formando novas alianças e na moderação do discurso e na práticas.

É nesse contexto que o PT chega à presidência e é a partir disso que se deve buscar entender as medidas dos governos Lula e Dilma a respeito do passado autoritário brasileiro.

Medidas de transição são tomadas em contextos políticos propícios à revisão do passado, que indicam uma disposição do governo em lidar com os legados autoritários. Mais do que isso, refletem o alcance de tais legados no regime democrático.

Leonardo Morlino (2013, p. 276) aponta três fatores que contribuem para a emergência de políticas do passado; quando: (a) este se caracterizou por períodos sangrentos; (b) atitudes democráticas ou negativas em relação ao passado são fortalecidos; c) há influência externa, seja através de um país, de uma conjuntura internacional favorável à democracia, ou ainda de uma organização não-governamental. Tomando a transição brasileira como exemplo, é possível perceber que a conjuntura se torna mais favorável a partir do governo de Fernando Henrique

Cardoso, que durante a ditadura militar foi perseguido e exilado. Até aquele momento, o Brasil havia sido governado por presidentes pouco sensíveis a políticas do passado; no caso de José Sarney, percebe-se claramente a permanência de aspectos institucionais do regime autoritário, denotando o que Aarão Reis (2000) chamou *entulho autoritário*. Nos governos Lula e Dilma, percebe-se uma disposição maior a lidar com aspectos do passado autoritário brasileiro. Todavia, as políticas desses governos tiveram limites claros, especialmente durante o governo Lula. A lida com a memória da ditadura militar brasileira foi mais presente durante o governo Dilma, especialmente no primeiro mandato.

O governo Lula apresentou uma orientação bastante ambígua em suas *políticas do passado*. Por um lado, é importante destacar a extensão das políticas compensatórias por parte do Estado brasileiros em relação aos perseguidos políticos do período militar; um exemplo é a fórmula de compensação estabelecida em Comissão Interministerial em decreto de 27 de agosto de 2003 e a extensão do período pela Lei 10.875, de 1º de junho de 2004 (BARAHONA DE BRITO, 2013, p. 244). Além disso, é no mesmo governo que são criados os projetos Direito à Memória e à Verdade e Memórias Reveladas, além do Memorial da Anistia e as Caravanas da Anistia, que incentivaram novos pedidos de anistia (*Ibid.*, pp. 244-245), além do anúncio da criação da Comissão Nacional da Verdade em dezembro de 2009, sancionada pela 12.528 de 18 de novembro de 2011. Todavia, o governo se mostrou suscetível às pressões dos militares, tendo inclusive cedido em algumas ocasiões, como, por exemplo, a recusa em revisar as leis de sigilo 8.159/91 e 11.111/05, a respeito das quais o Supremo Tribunal Federal havia declarado inconstitucionais, em resposta à ação do Procurador Geral da República Antonio Fernando Barros e Silva de Souza. Desta forma, foi mantido o segredo de arquivos *mais sensíveis* por mais 60 anos, sob o argumento de que tal segredo era necessário por questões de segurança (*Ibid.*, p. 247).

A situação mais emblemática havia ocorrido quatro anos antes. Naquela ocasião, o governo também havia dado uma resposta negativa a uma ordem judicial de abertura dos arquivos do Exército, sob a mesma alegação, acrescentando, mais tarde que os ditos documentos teriam sido destruídos. Porém a polêmica retornou quando o Correio Braziliense divulgou fotos de um indivíduo morto nas dependências do DOI-CODI, sugerindo que a vítima era Vladimir Herzog. Alguns

dias adiante, o Exército divulgou uma nota<sup>15</sup> na qual justificava a violência empregada durante a ditadura militar e, apesar de *lamentar* a morte de Herzog, justificava a mesma e se utilizava desta para demonstrar o perfil democrático do Exército, alegando que a demissão do general Ednardo D'Ávila reflete o respeito dado pela instituição aos valores da democracia<sup>16</sup>. Diante da polêmica, o comandante do Exército divulgou apenas uma nota de retratação (D'ARAÚJO, 2012, p. 32) e o desgaste levou ao pedido de demissão do ministro da Defesa José Viegas, substituído pelo vice-presidente da República José Alencar. A postura do Governo Federal não puniu a indisciplina dos comandantes militares (a nota foi divulgada sem autorização do Ministério da Defesa), com o intuito de evitar desgastes com as Forças Armadas, ainda que a medida tenha desautorizado o ministro Viegas.

O imbróglio denota o modo limitado como o Estado brasileiro lidou com as questões relativas ao passado autoritário durante o governo Lula. Mesmo que tenha havido avanços como os citados acima, as iniciativas não surtiram efeitos no que diz respeito à responsabilização dos envolvidos em crimes durante o período<sup>17</sup>.

Durante o governo Dilma, houve mais esforços nas medidas transitórias. Em 2011, como já foi dito, foi sancionada a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, juntamente com a Lei de Acesso à Informação. Um avanço fundamental dessa lei é que o acervo relativo a violações dos direitos humanos não poderá ser classificado como “ultrassegredo”, não ficando, portanto, em sigilo no prazo máximo (no caso, 25 anos)<sup>18</sup>.

O governo Dilma enfrentou reações em 2011 e 2012 por conta da criação da Comissão Nacional da Verdade. Quando, em novembro de 2011, duas ministras se

---

<sup>15</sup> Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,viegas-culpa-nota-do-exercito-por-sua-demissao,20041104p38111>. Acesso em 10 ago 2017.

<sup>16</sup> “O Exército lamenta a morte do jornalista Wladimir Herzog. Cumpre lembrar que, à época, este fato foi um dos motivadores do afastamento do comandante militar da área, por determinação do Presidente Geisel”.

<sup>17</sup> O caso mais emblemático é o da investigação dos mortos na guerrilha do Araguaia, cujo relatório corroborava a versão dos militares de que a documentação do período havia sido destruída e afirmava: “enquanto a Lei da Anistia não fosse revista e os nomes dos perpetradores revelados, iria continuar os seus esforços para localizar os mortos” (BARAHONA DE BRITO, 2013, p. 250)

<sup>18</sup> Os documentos do período poderiam ser classificados como ultrassegredos (25 anos de inviolabilidade), secretos (15 anos), reservados (05 anos), podendo ser renovada a inviolabilidade por apenas uma vez (BARAHONA DE BRITO, 2013, p. 250).

mostraram favoráveis à revisão da Lei da Anistia, o Clube Militar emitiu uma nota crítica à presidenta por não ter se advertido as ministras; no março seguinte, a presidenta entrou em conflito mais uma vez com os militares por conta das declarações do ministro da Defesa Celso Amorim em prol da punição dos envolvidos em crimes durante a ditadura. A censura do comunicado pelo ministro rendeu a comemoração dos 48 anos da *Revolução* no dia 31 daquele mês, que teve uma faixa patrocinada pelo deputado federal Jair Bolsonaro<sup>19</sup>. É válido ressaltar que até 2012, o aniversário da *Revolução de 1964* constava entre as comemorações oficiais do Exército, o que foi proibido pela presidenta Dilma Rousseff<sup>20</sup>.

No que diz respeito ao deputado carioca, é importante tecer algumas considerações. Capitão da reserva do Exército, Bolsonaro ficou famoso por conta das declarações polêmicas, especialmente a homenagem feita ao torturador Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>21</sup> ao declarar o seu voto pela admissibilidade do relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) a respeito do processo de impeachment de Dilma. Alguns anos antes, em 2009, Bolsonaro pregou um cartaz na porta de seu gabinete com os dizeres “Quem procura osso é cachorro”, em referência à busca dos restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia<sup>22</sup>.

Considerando o destaque obtido pelo militar nos últimos anos, é importante levantar alguns questionamentos. É no contexto de crise do governo Dilma Rousseff (considero este período os anos entre 2013 e 2016), Bolsonaro ganhou notoriedade, tornando-se até mesmo um presidenciável. Para a cientista política portuguesa Alexandra Barahona de Brito (2013), o primeiro mandato da petista representou um

---

<sup>19</sup> ““Foi para comemorar a data da segunda independência do Brasil porque não esquecemos e para nós é motivo de orgulho, porque salvamos o Brasil do regime de força que seria imposto naquela época. Ou você acha que o pessoal que treinou em Cuba e se espelhou em Fidel Castro queria a democracia?”, disse o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ). O parlamentar, que é militar, patrocinou a faixa e o aluguel do avião, “mas pode ficar tranquilo que não vai entrar na cota parlamentar”, afirmou.” Disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/03/31/militares-da-reserva-comemoram-48-anos-do-golpe-militar-no-rio/> Acesso em 10 ago 2017

<sup>20</sup> Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/apos-calar-forcas-armadas-em-31-de-marco-dilma-e-condecorada/n1300028047414.html> Acesso em 14 ago 2017

<sup>21</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-como-pavor-de-dilma-rousseff-era-um-dos-mais-temidos-da-ditadura-19112449.html> Acesso em 11 ago 2017

<sup>22</sup> Imagem disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/fotos/as-brigas-de-jair-bolsonaro-20110411-6.html> Acesso em 11 ago 2017

ponto de inflexão na história das políticas de transição no Brasil. A criação da Comissão Nacional da Verdade, a postura da presidenta frente às pressões dos militares acerca de tais medidas foram, sem sombra de dúvida, fundamentais no que diz respeito à relação das instituições democráticas para com o passado autoritário, especialmente a Comissão da Verdade, que, apesar de não ter papel jurídico, contribuiu para a expressão de vozes silenciadas pela ditadura.

A considerar o papel desempenhado pelo governo Dilma, não é equivocado buscar compreender as reações suscitadas a partir de sua experiência biográfica. A própria fala de Bolsonaro em homenagem a Ustra reflete claramente tal vínculo.

Não pretendo aqui simplesmente ligar a queda de Dilma às medidas transicionais de seu governo; na verdade, elas foram um componente a mais, vindo a alimentar o anticomunismo fortemente presente na cultura política brasileira (MOTTA, 2009, p. 30). Quando Dilma caiu em 2016, tais aspectos vieram à tona e acredito que as ações de seu governo quanto à revisão histórica da ditadura militar contribuíram para engrossar esse caldo. Todavia, a questão mais pertinente a se colocar neste momento é: por que 32 anos após a entrega do poder aos civis, quase 30 de vigência da *Constituição Cidadã*, o autoritarismo emerge em discursos e práticas justo no momento em que há mais ações a se combatê-lo?

Dizer que é uma mera reação é reducionismo. O que está envolvido é a permanência desses valores passados, revistos e ressignificados no , presente. É o próprio *passado que não passa* (ROUSSO, 2001, p. 95; DELACROIX, 2012, p. 359). Tal permanência se assenta em diversos fatores.

A ausência de uma memória coletiva traumatizada acerca da ditadura militar é um ponto importante, pois o período acaba por ser pintado como uma *ditabranda*<sup>23</sup>, de modo que pareça inócuo proceder com a investigação.

Paralelo a isso, pode-se ligar à forma como a sociedade brasileira lida com a violência, algo também vinculado à cultura política nacional, mas, mais ainda, muito próximo de nossa realidade em 2017. O chavão *Bandido bom é bandido morto* ecoa no silêncio da sociedade sobre a ditadura militar, no que diz respeito à prática da

---

<sup>23</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm> Acesso em 11 ago 2017.

tortura. Importante frisar, como bem o-faz Daniel Aarão Reis (2013, p. 228) que esta foi uma prática de Estado de 1935 a 1979<sup>24</sup>.

Este silêncio está relacionado ao procedimento de transição para a democracia. Como já foi citado, a anistia foi um pacto social firmado sobre três silêncios, o que, por sua vez, indicam uma forma de se lidar com a ditadura, tanto no passado, quanto no presente: houve largo apoio da sociedade civil ao regime, atestado pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade<sup>25</sup> e a adesão pelo menos até os anos do Milagre Econômico.

Ao redor desse pacto social foi construído um discurso sobre o passado que buscou conferir a diversos grupos (como a imprensa, por exemplo) o atributo de ter resistido ao regime e vinculá-los à ideia de *oposição democrática* (NAPOLITANO, 2017, p. 364). Tal discurso permanece e se afirmou enquanto *memória hegemônica* (*Ibid.*), de modo que, para esses grupos, *tem que manter isso aí*.

### **3 - Considerações finais**

Para Paul Van Zyl (2009, p. 32), a justiça transicional é um “esforço para construção da paz após um período de conflito” e que deve atuar nas seguintes frentes: a) Processar os perpetradores; b) Revelar a verdade sobre crimes passados; c) Reparar as vítimas; d) Reformar as instituições perpetradoras de abuso.

Tal processo é um componente da mudança de regime, sendo, portanto, parte e consequência do processo (COSTA PINTO, 2013, p. 23), podendo ser um *disparador* de políticas do passado.

A considerar o tipo de transição no Brasil, é possível perceber a permanência de diversos aspectos do período autoritário, por conta do alto grau de controle dos militares sobre o processo, permitindo-lhes negociar em uma situação bastante confortável. António Costa Pinto (*Ibid*) e Leonardo Morlino (2013) relacionam

---

<sup>24</sup> Como já foi dito anteriormente, o autor considera que a ditadura teve seu fim em 1979; todavia, esta datação apresentada no parágrafo acima marca também o fim do AI-5, de modo a apontar, portanto, o abrandamento do regime no que diz respeito às práticas de violência.

<sup>25</sup> A respeito das marchas, cf.: FAGUNDES, Pedro Ernesto. A marcha da Vitória: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital do Espírito Santo (1964). In.: FAGUNDES, Pedro Ernesto (org.) OLIVEIRA, Ueber José (org.). DE ANGELO, Vitor Amorim (org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória: Editora GM, 2014.



diretamente a permanência desses legados à qualidade da democracia. Para Costa Pinto, tal permanência possui três significados: a) Qualidade baixa dos políticos; b) Deslealdade à democracia; c) Desconfiança com as instituições. No Brasil, como já foi visto, o controle sobre a transição permitiu a permanência das elites autoritárias na política, fato este que impede uma revisão profunda do passado e uma ruptura moral para com este.

Dadas as permanências do período militar mesmo tantos anos após o seu fim e a ausência de medidas punitivas para com os envolvidos em crimes naquele período, cabe aqui até mesmo questionar se no Brasil realmente houve uma justiça de transição; considero que os esforços elencados acima (Comissão da Verdade, Lei de Acesso à Informação) foram importantes avanços, mas ainda não permitem considerar que de fato houve justiça de transição no nosso país.

Os significados das permanências do período autoritário na democracia expostos acima são perceptíveis na Nova República brasileira, especialmente durante os anos do governo Dilma. A emergência dos pedidos de *intervenção militar*<sup>26</sup>, o apoio dado aos discursos de Jair Bolsonaro<sup>27</sup>, a percepção da sociedade a respeito da anistia (D'ARAÚJO, 2012, p. 28) e o próprio processo de impeachment da presidenta, cujos contornos de golpe parlamentar são bastante evidentes refletem a qualidade da democracia brasileira e a relevância das medidas de transição para construir o regime democrático. Houve medidas importantes no país, mas ainda insuficientes frente às permanências da ditadura ainda hoje, num momento tão delicado para a história do Brasil.

## REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

BARAHONA DE BRITO, Alexandra. “Justiça transicional” em câmara lenta: o caso

---

<sup>26</sup> Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestantes-pedem-intervencao-militar-com-base-em-regra-que-nao-existe-na-constituicao,1668381> Acesso em 11 ago 2017

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1879859-lula-amplia-lideranca-para-2018-e-bolsonaro-chega-a-2.shtml> Acesso em 11 ago 2017

do Brasil. In.: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

COSTA PINTO. O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução. In.: *Op. Cit.*

D'ARAÚJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In.: ARAÚJO, Maria Paula. FICO, Carlos. GRIN, Mônica (orgs.). **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

DELACROIX, Christian. DOSSE, François. GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França**: Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. **Varia História**: Belo Horizonte, v. 21, nº 34, p. 484-503, Julho 2005

FICO, Carlos. **Além do golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. Brasil: a transição inconclusa. In.: ARAÚJO, Maria Paula. FICO, Carlos. GRIN, Mônica (orgs.). **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro, Ponteio, 2012.

FREITAS, Auxilia Ghisolfi de. Da crítica anti-sistêmica ao pragmatismo: a trajetória do Partido dos Trabalhadores. In.: PEREIRA, Valter Pires. OLIVEIRA, Ueber José (orgs.). **O PT na institucionalidade democrática brasileira**. Vitória: GM Editora, 2011 (Coleção Rumos da História).

MORLINO, Leonardo. Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In.: **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia. In.: \_\_\_\_\_ (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar

brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-americanos**. Porto Alegre: v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago 2017.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In.: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. N. 1, jan-jun 2009. Brasília, Ministério da Justiça, 2009